



Por um STF mais independente

Iniciativa do deputado federal Carlos Eduardo Vieira da Cunha, provocada pela mobilização de magistrados e pela percepção da queda no conceito de independência do Supremo Tribunal Federal (STF), pretende mudar a forma de escolha dos ministros da mais alta Corte do país. Vieira encaminhou em novembro uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sugerindo a alteração do artigo 101 da Constituição Federal, que estabelece os requisitos para investidura no STF.

Entre as mudanças estão o aumento da idade mínima de 35 para 45 anos, além da exigência de que o candidato tenha pelo menos 20 anos de experiência jurídica. Os novos critérios, diz o parlamentar, fariam com que apenas pessoas com as melhores condições, pelo conhecimento acumulado, fossem cogitadas para o cargo.

Outra novidade será a definição de uma lista sêxtupla, formulada pelo próprio STF e composta por pelo menos dois nomes oriundos da Magistratura. Escolhido pelo presidente, ele teria de ser aprovado por pelo menos três quintos do Senado Federal, percentual que eleva o grau de exigência.

O tema ainda depende de análise pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e, se for acolhida, terá de ser aprovada ainda em duas votações na

Casa, além de outras duas também no Senado. **“A idéia de aumentar o número de votos, de dois terços para três quintos, tem como referência o índice necessário para a realização de mudanças na Constituição Federal. Entendemos que esse novo conceito faria do SFT um órgão mais respeitado, já que vem sendo alvo de muitas críticas nos últimos tempos”.**

Vieira diz não pretender colocar em dúvida a isenção e a seriedade dos nomes que já passaram ou ocupam o cargo ao longo da história. O objetivo é atualizar um modelo que, segundo ele, está defasado em relação aos avanços da democracia no país. **“No passado, as circunstâncias eram outras. Hoje temos de evoluir nessa questão, para dar ainda mais força e fortalecer a independência entre os Poderes”**, justifica.

leia mais na Página 4

O MP diante do espelho

Um dos mais proeminentes nomes do Ministério Público gaúcho está em campanha pela tomada de consciência. Espera que a Instituição faça uma autocrítica de sua trajetória para se reencontrar, no futuro, com os compromissos históricos junto à sociedade. Para o procurador de Justiça Cláudio Barros Silva, investido no cargo, muitos promotores sequer moram nas comarcas às quais foram designados e vivem distanciados do meio em que atuam.

A análise de Barros vai além. Propõe uma discussão franca e aberta sobre a democratização dos cargos. Com a reforma previdenciária a turma que ingressar na Instituição no concurso atual não terá chance de se tornar procurador. “Diante disso, temos que repartir as funções internamente e dar oportunidade de ascensão aos novos”.

leia mais na Página 5

AMP/RS e UFRGS firmam parceria

O esforço da AMP/RS no enfrentamento ao crack ganhou força. Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Associação e a UFRGS permitirá a realização de um estudo de prevalência e padrões de consumo da droga.

O trabalho e as pesquisas clínicas com usuários serão iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Os primeiros resultados serão apresentados em junho de 2010, no congresso internacional sobre crack, na Capital. Segundo o presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, faltam dados científicos para subsidiar a adoção de medidas eficazes.

leia mais na Página 7

Trabalho intenso pelo reajuste dos subsídios

A AMP/RS tem acompanhado de perto a tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei 277/2009, que dispõe sobre a revisão dos valores do subsídio mensal dos membros do Ministério Público. Por mais de uma vez, o texto que já recebeu parecer favorável quanto à sua constitucionalidade por parte do relator, deputado Francisco Appio, deixou de ser votado por falta de quorum.

A situação provocou descontentamento pelo presidente Marcelo Dornelles e pelos colegas que vem trabalhando para ver o assunto evoluir. Segundo Dornelles, há demonstra-

ção de falta de interesse político de enfrentar várias demandas do Estado, dentre as quais se incluem os projetos de revisão do MP, do Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

No dia 8 de dezembro, além do presidente Marcelo Dornelles, o assessor legislativo Alexandre Saltz e o subprocurador-geral para Assuntos Administrativos, Delmar Pacheco da Luz, estiveram na Assembléia durante sessão da CCJ na expectativa de ver o projeto apreciado. A entidade de classe esteve representada também nos encontros realizados no mês de dezembro e espera a retomada do assunto após o recesso parlamentar em 2010

CNMP considera legal pagamento da PAE

Acolhendo por unanimidade o voto do relator conselheiro Cláudio Barros Silva, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiu pela improcedência do Pedido de Providências nº 899/2009-15, que apontava a ilegalidade do pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) pela Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro. Assim que foi publicado o acórdão, a AMP/RS enviou a decisão à PGJ/RS, complementando requerimento já feito, para reconhecimento do direito e deferimento do pagamento a todos os associados (ativos, inativos e pensionistas). A Procuradoria Geral de Justiça estuda alternativas orçamentárias para efetivar o pagamento do benefício e deve anunciar em breve sua posição.

Em sua decisão o CNMP reconheceu a tese de que o Ministério Público é uma carreira nacional e decidiu que os MP Estaduais também têm direito ao pagamento da PAE (equivalente ao auxílio-moradia devido até a implantação da remuneração por subsídio). O benefício já é recebido pelos integrantes do MPF e da Magistratura Federal.



Appio (à direita) ouviu os argumentos da AMP/RS



Dornelles e Delmar Pacheco da Luz acompanham debates na CCJ



Cláudio Barros (centro) em sessão no CNMP



EXPEDIENTE INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (AMP/RS)
Presidente: Marcelo Lemos Dornelles • Vice-presidentes: Mauro Luís Silva de Souza, Júlia Ilenir Martins, Antonio Carlos Paiva Hornung e Mauricio Trevisan • Conselho Editorial: Leticia Viterbo Ilges e Nathália Swoboda Calvo • Coordenação: Cristina Bartholomay Oliveira – MTb 7829 (comunicacao@amprs.org.br) • Edição: Claudio Medaglia Júnior • Textos: Claudio Medaglia Júnior, Cristina Bartholomay Oliveira e Larissa Amaral • Fotos: Larissa Amaral • Produção e Execução: Publicato Design Editorial (www.publicato.com.br) • Projeto Gráfico e Diagramação: Rose Tesche • Tiragem: 1.500 exemplares • Distribuição dirigida para os integrantes da AMP/RS – Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 CEP 90050-191, Porto Alegre/RS, (51) 3254-5300 – www.amprs.org.br

Gurgel analisa abertura do CSMP a promotores

Sobre a mesa do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, descansa um ofício que pode revitalizar a carreira de promotores de Justiça pelo país. Desde 21 de outubro, o documento entregue pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) aguarda análise e aprovação de Gurgel para ser encaminhado sob a forma de projeto de lei. O objetivo é alterar o artigo 14º, inciso II da Lei Federal 8.625/93, que restringe a procuradores o acesso aos Conselhos Superiores dos Ministérios Públicos dos Estados.

Proposta pela AMP/RS, a idéia foi aprovada por unanimidade do Conselho Deliberativo da Conamp durante reunião realizada em Pernambuco. A mudança seria uma forma de democratização dos cargos nas Instituições. Luta semelhante vem sendo capitaneada pela entidade de classe gaúcha para abrir a disputa ao cargo de procurador-geral de Justiça também a promotores, como já ocorre em dois terços das unidades da Federação.

Conforme o presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, a demanda parte dos associados e reflete a preocupação dos promotores em relação à estagnação e à falta de perspectivas na car-

reira. Durante a solenidade de entrega do pedido, em Brasília, o presidente da Conamp, José Carlos Cosenzo, destacou que tem buscado o aperfeiçoamento do MP como agente transformador da realidade social e a criação de mecanismos para fortalecer a instituição.

Durante a visita, que contou também com a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, o procurador-geral da República disse que o Ministério Público brasileiro possui grandes virtudes, dentre as quais a de ser uma instituição que jamais se julga acabada, completa, e que está em permanente construção.



Gurgel (segundo à esquerda), recebeu membros da Conamp

Parecer da AMP/RS sobre PL 154 chega ao Legislativo

A AMP/RS entregou ao presidente da Assembleia Legislativa, Ivar Pavan (PT) parecer da Comissão de Estudos Ambientais da entidade sobre o PL 154/2009. O projeto, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente, tramita na Comissão de Constituição e Justiça.

O presidente Marcelo Dornelles justificou a preocupação da Associação e do Ministério Público. "O objetivo é evitar o que aconteceu em Santa Catarina, onde foi promulgado um código que agora é objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade". Segundo o promotor Alexandre Saltz, coordenador da comissão, há mais de 20 irregularidades no texto proposto pela Comissão de Agricultura Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa.



Pavan recebeu estudo da AMP/RS

AMP/RS integra nova direção da Conamp

O presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, é o novo secretário-geral da Conamp, na gestão que vai até 2010. A eleição ocorreu em Brasília, e elevou ao comando da entidade o então vice, promotor César Bechara Nader Mattar Júnior, presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep).

Após a divulgação do resultado, o atual presidente da Conamp, José Carlos Cosenzo, deu respaldo ao sucessor: "A escolha foi a mais correta. Tenho certeza que César e a diretoria eleita farão um excelente mandato". O paraense agradeceu e reconheceu a participação do antecessor na democratização da entidade: "Cosenzo inaugurou essa fase de debate e estreitamento de diálogo. A diretoria só pode alguma coisa com o aval do conselho deliberativo. A Conamp só tem força com o

apoio de todas as associações estaduais. Essa administração será compartilhada. Trabalho e empenho não vão faltar. No que depender de nós, um futuro muito brilhante está à espera, porque este futuro todos que estamos aqui desenhemos", concluiu César Mattar.

No pleito também foram eleitos os vice-presidentes e os conselheiros fiscais. A posse será em março de 2010.



Dornelles, César Mattar Jr, Lauro Nogueira e João Corrêa

Confira a composição completa da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Conamp.

DIRETORIA

Presidente: César Bechara Nader Mattar Jr. (PA)
1º Vice-Presidente: João Arlindo Corrêa Neto (PB)
2º Vice-Presidente: Lauro Machado Nogueira (GO)
Secretário-Geral: Marcelo Lemos Dornelles (RS)

CONSELHO FISCAL

Presidente: Almiro Gonçalves da Rocha (ES)
Vice-Presidente: Manuel Pinheiro Freitas (CE)
Secretário: José Silvério Perdígão de Oliveira (MG)
Membro: Jânio Peregrino Braga (BA)
Membro: Ricardo Coelho de Carvalho (AC)

Por um STF mais independente

Uma mudança na Constituição Federal está a caminho, em defesa da independência e do fortalecimento da mais alta Corte do país. Proposta de Emenda à Constituição encaminhada à Câmara pelo deputado federal Carlos Eduardo Vieira da Cunha dá nova redação ao artigo 101, alterando a forma e os requisitos para investidura no Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC 434 de 2009, protocolada em novembro, estabelece critérios e requisitos mais rigorosos para a nomeação, além de reduzir o peso do presidente da República na escolha.

A mudança, justifica o parlamentar, tem por base o entendimento de que é preciso avançar na estrutura do dispositivo que regula as nomeações na mesma proporção do amadurecimento da democracia no país. **“O formato atual fragiliza a imagem do STF, uma vez que basta ao indicado pelo presidente ter mais de 35 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. Se aprovado pela maioria absoluta do Senado, pode assumir”**, diz o parlamentar.

Vieira propõe a elevação da idade mínima para 45 anos, pelo menos 20 anos de atividade jurídica e aprovação por três quintos do Senado. Além disso, deverá ser indicado em uma lista sêxtupla formada pelo próprio STF, na qual dois terços precisariam ser oriundos da carreira da Magistratura. Para o deputado, essas condições apontariam para candidatos com maturidade no exercício da função, além de dar mais equilíbrio na relação entre os Poderes Executivo e Judiciário.

“Esse formato de escolha dos ministros está defasado e não se coaduna com o processo de amadurecimento da democracia no nosso país. Logicamente que o assunto ganhou mais visibilidade nos últimos anos, com dois mandatos sucessivos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do atual, Luiz Inácio Lula da Silva, que acabam indicando muitos nomes em suas gestões”, analisa Vieira.

A questão não é simples. Será preciso mobilização da sociedade e do meio jurídico para convencer os parlamentares da necessidade da mudança.

Pesquisa promovida em 2005 com juízes pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) constatou que, quanto à imparcialidade, a maior proporção de conceitos “ruim” e “muito ruim” foi dada para o STF. Nesse item, o quesito relativo à independência do órgão em relação ao Executivo obteve a avaliação mais baixa, diz Vieira na justificativa do projeto.

Para amenizar o componente político na indicação, o parlamentar incluiu no texto a necessidade de se respeitar uma quarentena de três

anos por quem tenha exercido função pública. “Deputado federal, senador, governador, ministro de Estado, procurador-geral da República, advogado-geral da União e defensor público-geral da União, assim como de seus correlatos nos Estados, Distrito Federal e Municípios estariam entre os atingidos pela norma, assim como quem exerceu cargos de confiança”, diz Vieira. O ministro afastado do STF, igualmente, precisaria respeitar o mesmo prazo para assumir qualquer das funções acima.

Para que seja levada adiante, a proposta deverá ser analisada por um relator da CCJ da Câmara Federal, que emitirá parecer sobre o juízo de admissibilidade. A partir daí, o presidente da Casa designa uma comissão especial que irá tratar do assunto. “A questão não é simples. Será preciso mobilização da sociedade e do meio jurídico para convencer os parlamentares da necessidade da mudança. Além disso, o texto deve receber voto favorável de três quintos dos deputados federais e dos senadores, em dois turnos em cada uma das Casas”, observa o autor.

Em nome do interesse social, Vieira pretende ver avançar o projeto, que tem na essência o mérito de elevar à mais importante Corte do país julgadores com formação compatível com a função que irão exercer. Resta agora aguardar que a comunidade se articule de forma a demonstrar quão importante considera as mudanças propostas, para que os parlamentares se sensibilizem e dêem seguimento ao assunto.



Barros quer um Ministério Público com autocrítica

Vinte e sete anos de carreira no Ministério Público gaúcho deram ao procurador de Justiça Cláudio Barros Silva uma incômoda convicção: está na hora de a Instituição fazer uma firme autocrítica. É o momento de reavaliar sua dimensão e atribuições. Entre as propostas, Barros sugere que processos cujo interesse se restringe apenas às partes deixem de ser objeto de atuação do MP, em detrimento de ações com relevância junto a toda uma comunidade. **“O nosso foco deveria se concentrar em questões de repercussão social. O MP precisa se adequar à estrutura que tem. E trabalhar pensando em como obter os melhores resultados possíveis diante dessa relação”.**

A análise de Barros vai além. Propõe uma discussão franca e aberta sobre a democratização dos cargos. Com a reforma previdenciária, a turma que ingressar na Instituição no concurso atual não terá chance de se tornar procurador. **“Diante disso, temos de repartir as funções internamente e dar oportunidades de ascensão aos novos. Sem perspectiva de crescimento salarial ou na carreira, que tipo de estímulo podemos esperar que eles tenham?”**

A preocupação de Barros vai ainda mais longe. O procurador, que por sua dedicação ao trabalho já passou pelo comando da AMP/RS

e está em seu segundo mandato no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), vê a consolidação de um perfil de promotores distanciado da realidade social a que atendem.

O Conselho tem entre suas atribuições fiscalizar o trabalho dos integrantes dos MPs.

O ingresso na carreira, via de regra, se dá para quem estudou em boas escolas, se dedicou a estudar para os concursos sem precisar dividir o tempo com o trabalho. “Geralmente são jovens que estudaram em bons colégios, pertencem às classes mais abastadas e que entram ganhando um bom salário. Muitos sequer vivem na comarca em que atuam e têm pouco contato com aquela comunidade. Infelizmente, o MP é uma instituição burguesa”, observa Barros.



“O MP precisa se reencontrar com seu compromisso social”

Segundo ele, morar na cidade é o mínimo que um promotor deveria fazer durante o tempo que está a serviço daquela comunidade. Sem conhecer os hábitos e a dinâmica da cidade, o trabalho se torna muito próximo do burocrático e do cumprimento das funções de forma quase automática, prescindindo da sensibilidade em relação às circunstâncias do meio em que vive e atua. “Que envolvimento há por parte desse profissional? Que qualidade tem o serviço que ele desempenha? O MP precisa se

reencontrar com seu compromisso social”, argumenta o procurador.

Barros propõe que o tema seja discutido em um congresso promovido pela própria Associação do Ministério Público. Acredita que a avaliação da estrutura atual e dos rumos da Instituição pode dar ao MP a condição de fazer a autocrítica necessária para retomar o caminho certo e se aproximar da sociedade gaúcha. Assim, seria possível manter um grupo de trabalho engajado à proposta de buscar sempre o melhor para as comunidades, justificando até mesmo o próprio nome da Instituição.

Atento ao trabalho dos membros dos Ministérios Públicos dos Estados por seu envolvimento com o CNMP, Barros também ressalta a importância do comprometimento das chefias desses órgãos pelo país. Afinal, é do comando que deve vir o exemplo de postura a ser adotada. “O Conselho tem entre suas atribuições fiscalizar o trabalho dos integrantes dos MPs. Se há desmandos, eles têm de ser coibidos. Mas pior do que os excessos de seus membros é a omissão de quem comanda. E isso precisa ser combatido”, conclui Barros.

Depen propõe mais presídios e menos custos

A construção de cadeias públicas, com capacidade para até cem presos, é o novo plano do Ministério da Justiça para reduzir o déficit carcerário do país. O projeto foi revelado ao Súmula pelo diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Airton Michels. Segundo o promotor de Justiça gaúcho, que está há pouco mais de um ano à frente do departamento, a idéia é erguer estruturas mais baratas, espalhadas por diferentes pontos do país, para atender às demandas regionais e aliviar a pressão sobre os grandes presídios, como, por exemplo, o Central, de Porto Alegre.

O Depen analisa proposta apresentada pelo governo do Rio Grande do Norte, por meio da qual o custo da geração de uma vaga baixaria dos atuais R\$ 40 mil para algo em torno de R\$ 15 mil. **“Em 1995, havia 148 mil presos no país. Hoje são 470 mil. Nesse intervalo, enquanto a população brasileira cresceu entre 10% e 15%, a massa carcerária triplicou. Os governos não**



se prepararam para isso nos últimos anos”, observa Michels.

O órgão convocou os governos dos 16 Estados brasileiros onde há presos em delegacias de Polícia, esperando receber a indicação de áreas onde seria possível construir as cadeias mais baratas. A idéia é, ainda em 2010, reduzir pela metade o número de detentos em delegacias, atualmente em torno de 60 mil no país. **“Já estamos trabalhando fortemente para a alocação de recursos com esse fim”,** adianta.

A construção de presídios menores é defendida há tempos pelo presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, como alternativa para reduzir o déficit nas grandes casas de detenção. O diri-

gente acredita, também, que estruturas de menor porte, com capacidade de abrigar criminosos das próprias regiões, seriam geridas de forma mais segura, uma vez que os agentes teriam um número menor de presos para cuidar e conheceriam muito melhor o perfil de cada um deles.

Michels considera o Estado uma situação ainda mais alarmante. **“O nosso sistema era referência positiva em todo o país, em 2002, o déficit carcerário era de 2 mil vagas. Hoje são 11 mil presos que se amontoam pelas celas”,** critica. Para ele, será preciso uma mudança de postura por parte dos governos para mudar esse status.

É nesse contexto que ganha força o projeto de erguer casas de detenção não para 400 presos, mas para 90 ou cem apenados. Michels acredita que a proposta enfrentaria menor resistência nas comunidades que vivem nos municípios escolhidos.

NÚMEROS DO CÁRCERE

O custo para criar uma vaga no sistema carcerário é de **R\$ 40 mil**

Atualmente há **470 mil** presos no país

O Rio Grande do Sul conta com **11 mil** detentos

Pé na estrada nas Reuniões de Núcleo



Desde setembro a direção da AMP/RS percorreu mais de 3 mil km para debater com os colegas assuntos de interesse da classe. Intercaladas com as Semanas do Ministério Público e ações da campanha contra o crack, as reuniões de Núcleos ocorreram em Livramento, Uruguaiana, Santa Rosa, Santa Maria, Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Capão da Canoa, Cruz Alta e Canoas. O presidente Marcelo Dornelles e os vices Mauro Souza e Maurício Trevisan participaram ativamente.

Sicredi/MP completa 10 anos ao lado dos associados

Uma solenidade realizada no dia 19 de novembro marcou o aniversário de 10 anos da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Sicredi/MP). No gabinete da presidência da Sicredi, foram descerradas as fotos dos ex-presidentes Luiz Pedro Leite, Henrique Dias de Freitas Lima e Paulo Emílio J. Barbosa. Em seguida, um coquetel servido no pub do 8º andar do prédio recebeu os convidados para as comemorações.

A parceria da Sicredi com o Ministério Público gaúcho surgiu a partir da demanda dos membros da Instituição. Com vencimentos muito achatados e crédito bancário a taxas elevadas, alguns colegas, agindo no âmbito associativo, idealizaram a criação de uma cooperativa de crédito mútuo para minimizar o problema. **“O Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos propôs a criação de uma cooperativa”,** lembra o atual presidente, Agenor Casaril, dono da segunda conta aberta na Sicredi/MP.



Campanha contra o crack será bandeira da Conamp em 2010



Dornelles explicou o trabalho da AMP contra o crack aos colegas da Conamp

A campanha **Crack - Ignorar é o seu vício?**, da AMP/RS, será adotada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) em 2010. A definição foi anunciada em Florianópolis, logo após a apresentação do trabalho da AMP/RS, pelo presidente Marcelo Dornelles, durante reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Conamp.

Assistido por colegas de diversos Estados e do Distrito Federal, reunidos na capital catarinense por conta do Congresso Nacional da Instituição, Dornelles explicou os objetivos da iniciativa lançada em maio deste ano e os números que envolvem a droga no Rio Grande do Sul. Até o momento, a campanha da entidade já realizou mais de 70 intervenções no Rio Grande do Sul e atingiu cerca de 20 mil pessoas.

A principal intenção das ações é mobilizar as comunidades, através das Promotorias de Justiça, para a atuação em redes visando a prevenção, o tratamento e a repressão às drogas. **“Nas palestras ou reuniões com promotores de Justiça, professores ou agentes públicos percebemos que somente através da união de esforços é possível enfrentar a drogadição, especialmente o crack”**, disse o presidente da AMP/RS, durante sua apresentação na reunião da Conamp.

AMP/RS se une à UFRGS em estudo sobre o crack

Termo de Cooperação Técnica assinado em outubro entre a Associação do Ministério Público (AMP/RS) e a UFRGS deu a largada para a realização de um estudo de prevalência e padrões de consumo de crack no Estado. O trabalho, assim como as pesquisas clínicas com usuários, é iniciativa da Senad e do Pronasci. Os primeiros resultados serão apresentados em junho de 2010, durante um congresso internacional sobre crack, na Capital.

A parceria tem por objetivo apontar caminhos para combater o tráfico e consumo de drogas, assim como seus desdobramentos junto à sociedade. A solenidade, realizada no Salão Nobre da Reitoria contou com as presenças do presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, do vice, Mauro Souza, do reitor Carlos Alexandre Netto, e do diretor do Centro de Drogas e Álcool da UFRGS, Flávio



O reitor Carlos Alexandre Netto, Dornelles, Souza e Pechanski durante o evento

Pechansky, além de integrantes da administração da universidade e do MP.

Dornelles destacou a escassez de dados científicos para subsidiar a adoção de medidas capazes de enfrentar o problema. **“Há muitas pessoas falando sobre drogas, mas com poucas informações técnicas”**, observou.

Prevenção do Uso de Drogas para Educadores

Evento promovido em parceria com a Senad em dezembro deu mais força ao trabalho de-



Integrantes da AMP/RS e da Senad durante a solenidade

envolvido pela AMP/RS desde o início do ano. O seminário de encerramento do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas reuniu na PUCRS centenas de pessoas que participaram do curso de extensão universitária com carga horária de 120 horas. A atividade também teve a chancela dos ministérios da Educação e da Justiça.

AMP/RS e RBS comemoram parceria contra o crack

Encontro entre as direções da AMP/RS e da RBS, realizado no início de dezembro na sede campestre da Associação, fechou de forma especial o ano de parceria entre a entidade e o grupo de comunicação. No almoço, o presidente Marcelo Dornelles falou sobre o trabalho desenvolvido em 2009 com a campanha de alerta e mobilização contra o crack. Dornelles agradeceu o apoio da RBS nas ações e anunciou as novas medidas previstas para 2010, como a nacionalização da campanha.

O presidente da RBS, Nelson Sirotsky, destacou a parceria com a Associação na campanha de combate ao crack e na defesa da democracia e da liberdade de imprensa. **“Estávamos em dúvida sobre qual seria o tema de nossa campanha este ano, mas a seriedade e a firmeza com que a direção da AMP/RS mostrou nos deu a certeza de que seria a opção mais acertada”**.



Sirotsky destacou empenho da AMP no combate à droga

Integração e trabalho



Iniciativas que elevaram o nome e o trabalho desempenhado pela AMP/RS marcaram a agenda dos últimos meses, tanto no Estado como no país. No Interior, as Semanas do Ministério Público, em Passo Fundo e no Litoral, colocaram em debate a função social do Ministério Público e realçaram as ações desenvolvidas pelos membros da Instituição.



Dando seqüência à mobilização de enfrentamento ao crack, diversas palestras foram levadas a municípios de todos os cantos do Rio Grande do Sul, como Arroio Grande, no Sul, Santa Rosa, no Noroeste, Ibiaçá, no Norte, e Taquara, no Vale do Paranhana.



Mas o período não foi só de trabalho. Houve tempo também para confraternizar e comemorar a trajetória da Instituição por todo o Brasil, no Congresso Nacional do MP, em Florianópolis, e, claro, da entidade de classe gaúcha, que completou 68 anos. Confira nesta página algumas imagens que marcaram esses momentos.

